

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
PARECER EM PRIMEIRO TURNO – PROJETO DE LEI Nº 162/2021
VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Vereadora Duda Salabert que *Dá nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei nº 8176/2001, que “Estabelece penalidade para estabelecimento que discriminar pessoa em virtude de sua orientação sexual, e dá outras providências”.*

A justificativa da autora encontra-se na fl. 02.

O Projeto em análise foi instruído com a legislação correlata nas folhas de nº 03/07.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

Em síntese, é o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Para além da orientação sexual, o Projeto de Lei nº 162/2021, em suma, buscar estabelecer penalidade para estabelecimento em Belo Horizonte que discriminar pessoa em virtude de sua identidade de gênero ou características sexuais.

Em sua justificativa a autora alega que

Na época da proposição do projeto que se transformou na presente Lei 8.176/2000, era comum o uso do termo orientação sexual para abranger toda a população LGBTQ+ em sua diversidade. No entanto, à medida que o debate científico e jurídico sobre o tema tem se consolidado, verificamos que para oferecer uma proteção mais ampla e adequada é necessário abranger não apenas a orientação sexual, mas também a identidade de gênero e as características sexuais.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

2.1 Da Constitucionalidade

No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República e/ou da Constituição Estadual.

O projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com a Constituição da República e com a Constituição Mineira, haja vista a questão analisada trata-se de matéria de interesse local. Nestes termos a proposição encontra-se amparada pela disposição do art. 30, I, da Magna Carta e do art 171, I, da Carta Mineira.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:

Por tudo exposto, a proposição em comento, sob o ponto de vista da constitucionalidade, se afigura adequada ao ordenamento jurídico e para o alcance dos objetivos pretendidos pelo legislador.

2.2 Da Legalidade

A doutrina tem adotado o entendimento de que o princípio de juridicidade engloba o princípio da legalidade. A distinção entre ambos consiste no fato de a juridicidade encontrar-se no domínio amplo de direito. Exige-se do ato a conformidade não só com as regras jurídicas, mas, também, com a jurisprudência, os costumes, os princípios gerais de direito, previstos explícita e implicitamente na Constituição. Já o princípio da legalidade, reduzido a seu sentido estrito, consiste na concordância dos atos com as leis, ou seja, com as regras.

Assim, para o processo legislativo, sobretudo para atender ao disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa, tem-se por juridicidade o cotejo com princípios que informam o ordenamento jurídico, consagrados pelos diversos ramos do Direito.

Passada a introdução supra, parte-se para a análise da juridicidade e da legalidade.

Cumpra aqui ressaltar a consonância da proposição com a Lei 8.176 de 2001, bem como com a Lei Municipal nº 15.857 de 2015 que *Institui o Programa BH Sem Homofobia no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências*. Não se evidencia, ainda, conflito com as demais legislações infraconstitucionais.

Verifica-se, portanto, que o Projeto de Lei nº 162/2021 está em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio, sendo respaldado pela legalidade e pela juridicidade.

2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que pertine à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 162/2021, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

Por tudo que acima foi exposto, sou pela conclusão que segue.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 162/2021.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2021.



Vereador Irlan Melo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 163/2021

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça, em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa, o Projeto de Lei n. 163/2021, de autoria dos vereadores Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Álvaro Damiano; Ver.(a) Gabriel; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Marcos Crispim, que “Dispõe sobre a criação do programa de conectividade municipal para as escolas públicas no município de Belo Horizonte”.

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise visa instituir “o programa de "Conectividade Municipal" para as escolas públicas do sistema de ensino do município de Belo Horizonte”,

Conforme dispõe, o programa consiste em “um conjunto de políticas públicas para inserir a tecnologia e a conectividade na educação pública municipal, por meio da elaboração e criação de um plano de trabalho, com metas e atribuições bem delineadas”.

Como justificativa, expõe que “na última década houve esforços por parte do Ministério da Educação na implementação de políticas de conectividade para as escolas brasileiras, incentivando municípios a desenvolverem ações para ampliação da infraestrutura tecnológica e mecanismos de preparo técnicos aos profissionais da Educação. Tais esforços fizeram parte de uma agenda em busca da modernização e melhora da qualidade do ensino público brasileiro. Contudo, para a efetivação dessas práticas, é fundamental o reforço dessas diretrizes por meio de um programa robusto de conectividade que contemple realidade municipal, direcionando esforços no aprimoramento de infraestrutura tecnológica, formação de professores e práticas pedagógicas, dando assim insumos para que alunos da rede pública tenham acesso à conectividade. Nesse sentido, o projeto apresentado visa garantir que haja uma política pública voltada à conectividade nas escolas públicas municipais com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento da educação a nível local”.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

A análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde à avaliação de sua compatibilidade com as regras e princípios, de caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição Federal e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

In casu, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I, II e VI da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;

Ademais, compete ao Município proporcionar os meios de acesso à educação e tecnologia nos termos do art. 23 da CF:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

Entretanto, verifica-se que padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a proposição de lei, resultante de iniciativa parlamentar, que estabelece a implementação de programa, com definição de competências e medidas a serem adotadas pelo gestor público, além de autorizá-lo a realizar ações que já possui competência para tanto, uma vez que denota ingerência do Poder Legislativo no âmbito de atuação reservado ao Poder Executivo, constituindo ofensa ao princípio da separação de poderes, em violação ao disposto no art. 2º, da Constituição da República.

Nesse sentido, verifica-se que a implementação de uma política pública voltada à conectividade nas escolas públicas municipais com a finalidade de contribuir com o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desenvolvimento da educação a nível local, conforme pretende a proposição em questão, envolve toda uma estrutura administrativa para desenvolvimento, implementação e manutenção do programa, gerando novas atribuições, a necessidade de novas contratações e aquisições, além de todas as despesas dele decorrentes, dentre outras obrigações e incumbências ao Poder Executivo.

Conclui-se, assim, que a presente proposição criaria a implantação de novas atribuições e despesas para a Administração Pública, na medida em que compete ao chefe do Poder Executivo definir qual a melhor linha a ser seguida para implementação de eventual política de conectividade das escolas públicas municipais.

Assim, importa observar que a iniciativa privativa das leis que disponham sobre atribuições ou estabeleçam obrigações a órgãos pertencentes à estrutura administrativa do Município compete ao chefe do Poder Executivo, conforme art. 66, III, “f”, da Constituição Estadual:

Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;

Considerando que as normas constitucionais que tratam de processo legislativo, principalmente as que versam sobre reserva de iniciativa de leis, são de observância obrigatória por parte dos Municípios, o que se vê é a existência de vício formal de iniciativa, representando evidente usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Pelo princípio da simetria, a competência privativa do Presidente da República/Governador do Estado deve ser reproduzida pela Lei Orgânica do Município prevendo competência privativa do Prefeito.

Determina o art. 165, § 1º, da Constituição Estadual: “*Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil. § 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.*”

Pelo exposto, resta configurada a inconstitucionalidade do Projeto de Lei n. 163/2021.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

Quanto a este ponto, verifica-se que o Projeto em tela está em desacordo com o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ordenamento jurídico, nos termos a seguir expostos.

A proposição em questão viola o art. 88, II, “d”, da LOMBH que prevê como iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre atribuições ou estabeleçam obrigações à administração municipal.

Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;

Ademais, resta evidente que a aprovação da proposição onerará o erário sem que tenha havido a necessária previsão das fontes suficientes para suportar o impacto orçamentário-financeiro gerado, implicando em afronta aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De tal modo, verifica-se a ilegalidade do Projeto de Lei n. 163/2021.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 163/2021.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 163/2021.

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2021.

VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ

RELATORA